INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

Informativo da Confederação Nacional da Indústria

Ano 3 • Número 3 • setembro de 2011 • www.cni.org.br

nesta edição

2 A agenda do MERCOSUL e a "arrumação de mesa"

8 Conjuntura

10 O Plano Brasil Maior e a política de comércio exterior

O Plano Brasil Maior e a política de comércio exterior

Em um contexto de apreciação cambial, retração da economia e aumento dos custos domésticos, o Brasil tem apresentado um fraco desempenho nas exportações de manufaturados e um expressivo crescimento nas importações. Com a expectativa de prover ao setor privado melhores condições para enfrentar a concorrência internacional, o governo brasileiro apresentou, em agosto, o Plano Brasil Maior, a nova política industrial brasileira para o período 2011-2014.

No Plano foram anunciadas 35 medidas que contemplam o estímulo às exportações e ao investimento, a proteção à indústria nacional e o apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico. A maioria das medidas já entra em vigor a partir de setembro.

Página 10

A Agenda do MERCOSUL e a "Arrumação de Mesa"

Para avanços no MERCOSUL, impõe-se a recuperação de uma visão estratégica para o bloco por meio de uma revisão geral da agenda de negociações.

A perspectiva de recrudescimento do contencioso comercial entre Brasil e Argentina e outras desavenças intra bloco apontavam para as dificuldades de cumprimento de compromissos, influenciando a "arrumação de mesa" com entendimentos sobre novos prazos e metas.

O esforço, de iniciativa brasileira, de incluir na agenda todo o instrumental necessário para a "consolidação da união aduaneira" (Decisão nº 56, de 2010) representa um novo programa de trabalho de curto e médios prazos para o MERCOSUL, sem modificações em relação aos objetivos originais de integração.

Página 2

V Encontro Empresarial Brasil - União Europeia

A CNI, em parceria com a BUSINESSEUROPE organizará mais uma edição do Encontro Empresarial Brasil – União Europeia. A quinta edição do encontro acontecerá no dia 04 de outubro em Bruxelas, Bélgica. O evento reúne alto executivos de grandes empresas brasileiras e europeias para discutir questões da agenda bilateral e contará com a presença da presidente Dilma Roussef e dos presidentes da Comissão e do Conselho europeu.

• • •

Encontro Econômico Brasil – Alemanha: Rio de Janeiro recebe a 29ª edição do encontro

A CNI, o Sistema Firjan e parceiros promoverão a 29ª edição do Encontro Econômico Brasil – Alemanha nos dias 19 e 20 de setembro no Pier Mauá no Rio de Janeiro. Na oportunidade, serão realizados painéis sobre cooperação e oportunidades de negócios entre os dois países além de workshops sobre inovação e pesquisa, logística, infraestrutura, energia, grandes eventos, entre outros.
Mais informações:
www.cni.org.br/brasilalemanha ou pelos telefones (61) 3317-9568/9586

agenda do MERCOSUL

A AGENDA DO MERCOSUL E A "ARRUMAÇÃO DE MESA"

A agenda recente do MERCOSUL evidencia importante esforço de "arrumação de mesa".

Fazendo um paralelo com a expressão usada tempos atrás de "limpeza de mesa", no sentido de que o entendimento entre Brasil e Argentina só seria possível após a solução pontual de questões comerciais, a situação atual reflete a necessidade de se recuperar uma visão estratégica para o bloco por intermédio de ampla revisão de metas e prazos.

A observação do que ocorreu nas Cúpulas do MERCOSUL na Argentina, em julho de 2010, e depois disso, no Brasil, em dezembro do mesmo ano, e no Paraguai, em junho passado, mostra um grande ativismo nas duas primeiras reuniões.

Resultados de caráter concreto obtidos com muito esforço, como, por exemplo, a aprovação do Código Aduaneiro do MERCOSUL e o lançamento das negociações MERCOSUL-UE, na Argentina, foram seguidos por uma percepção, dominante durante a presidência pro tempore do Brasil, de que novos avanços exigiriam uma revisão geral da agenda de negociações.

A possibilidade de recrudescimento do contencioso comercial era grande no fim de 2010, na esteira de um superávit comercial brasileiro significativo em relação aos sócios, motivado pelo crescimento econômico e pelos desníveis de competitividade, a despeito da forte apreciação do real.

Como se viu nos primeiros meses de 2011, esse contencioso foi retomado com novas licenças não automáticas argentinas, atingindo 22% das exportações brasileiras, e medidas "retaliatórias" brasileiras no setor automotivo. Outras questões entre Argentina e Paraguai compunham o quadro das desavenças intra MERCOSUL, com influência sobre o ritmo da agenda interna de negociações.

A situação atual reflete a necessidade de se recuperar uma visão estratégica para o bloco por intermédio de ampla revisão de metas e prazos

Em meados do ano passado, eram claras as evidências sobre dificuldades para o cumprimento de compromissos. Essa percepção veio corroborar com a iniciativa brasileira de rever metas e prazos, incluindo na agenda todo o instrumental necessário para a consolidação da "união aduaneira" sem alterar, contudo, os objetivos originais de integração. A Decisão 56/10 passou a ser o principal instrumento da "arrumação de mesa", embora seja preciso lembrar outros esforços no passado, no mesmo sentido, que não foram nada exitosos.

Esse foi o caso, para citar apenas experiências do passado recente, do "Relançamento do MERCOSUL", em 2000, após a crise macroeconômica vivida pelos sócios, e do Programa de Trabalho MERCOSUL 2004-06, aprovado ainda em 2003.

A Cúpula de Assunção foi realizada sem grande perspectiva de resultados que, na verdade, passaram a depender do cumprimento de metas e objetivos da Decisão 56/10 referente ao "Programa de Consolidação da União Aduaneira".

Em paralelo, foi realizado o encontro Brasil-Paraguai, de seguimento das modificações realizadas no Tratado de Itaipu em benefício da remuneração paraguaia da energia gerada e não consumida por aquele país e, também, de acertos para amplo programa de cooperação bilateral.

Vale registrar, finalmente, a ênfase do discurso da presidente Dilma Rousseff na Reunião de Cúpula do MERCOSUL e Estados Associados, primeiro pronunciamento feito pela representante do Brasil naquele foro. O seu discurso exorta os países a "avançar na agregação de valor para nossos produtos".

No contexto da identificação "de que alguns parceiros de fora buscam vender-nos produtos que não encontram mercado no mundo rico", estimula o MERCOSUL a estudar e decidir, ainda

agenda do MERCOSUL

em 2011, sobre a adoção de uma proposta apresentada pelo Brasil de autorização a um país para elevar as alíquotas de importação de extrazona de um determinado produto, temporariamente. Outra alternativa debatida foi a elevação do limite de produtos das Listas Nacionais de Exceção à TEC.

Não há informações precisas sobre o tema vinculado à Dec. 56/10 (Artigo 51), mas tudo indica que esteja em estudo uma válvula de escape para tratamento de surtos de importações de fora da região que possam causar prejuízo à produção regional.

No campo das relações externas, o calendário das negociações MERCOSUL-UE vem sendo cumprido, mesmo que não esteja acordado o momento da troca de ofertas previsto inicialmente para maio passado.

A agenda externa, no período analisado, ainda incluiu Acordos-Quadros do MERCOSUL com a Síria e a Palestina e um mecanismo de diálogo com a Turquia.

Uma frente nova que vem sendo avaliada e que pode trazer resultados promissores é a aproximação com o Canadá, que vem encontrando, na esteira da crise mundial, novos incentivos de aproximação com o MERCOSUL. Uma reunião bilateral estava sendo programada no início do ano para definir os termos dessa aproximação.

A seguir, o Quadro I indica as principais Decisões adotadas em dezembro de 2010 e junho de 2011 que representam medidas concretas e o Quadro II mostra as Decisões que representam um programa de trabalho de curto e médio prazos.

Quadro I - MEDIDAS ADOTADAS
Principais decisões de dezembro de 2010 e junho de 2011

Tema/Decisão	Medida
Exceções à TEC Dec. 58/10 As listas de exceções tinham, originalmente, suas vigências acordadas até dezembro de 2005. A nova Decisão inclui recomendação de que os países, ao definirem suas listas, valorizem a oferta exportável do bloco.	Os países do MERCOSUL podem manter listas de exceções à TEC conforme as seguintes disposições: » AR e BR – 100 produtos até 31.12.2015; » Paraguai – 649 produtos até 31.12.2019; » Uruguai – 225 produtos até 31.12.2017.
TEC para tecidos, confecções e calçados Dec. 32/10	As tarifas especiais (TEC) para esses conjuntos de produtos devem vigorar até o fim de 2013, quando serão definidos os níveis definitivos. Uruguai e Paraguai podem manter suas tarifas anteriormente vigentes para tecidos e confecções. As tarifas definidas para esses setores são: a) Tecidos – 26%; b) Confecções – 35%; c) Calçados – 35%.
TEC para produtos lácteos Dec. 33/10	Os produtos lácteos (leite e muçarela) tiveram prorrogada a sua alíquota excepcional de 28%, mas nesse caso esse será o nível definitivo a partir de janeiro de 2012.
TEC para bens de capital (BK) Dec. 56/10 e Dec. 57/10	Os países poderão manter seus regimes nacionais até 31.12.2012. Uruguai e Paraguai poderão aplicar, até 31.12.2019, a alíquota de 2% para BK de fora da região.
TEC para bens de informática e telecomunicações e sistemas integrados que os contenham. Dec. 56/10 e Dec. 57/10	Argentina e Brasil poderão aplicar, até 31.12.2015, alíquotas distintas da TEC, inclusive 0%. Uruguai e Paraguai poderão manter alíquotas de 0% e 2% até 31.12.2018 e 31.12.2019, respectivamente.
TEC para brinquedos Dec. 60/10	Os países poderão manter alíquotas distintas até 31.12.2011.

agenda do MERCOSUL

Tema/Decisão	Medida
Origem Dec. 44/10	Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016 o Regime de Origem para todo o comércio Intra-MERCOSUL.
Drawback Dec. 56/10	Os países do bloco estão autorizados a utilizar os regimes de drawback e admissão temporária no comércio intrazona até 31.12.2016.
Regime especial de importação de insumos pelo Paraguai. Dec. 56/10	Fica prorrogado até 31.12.2016 o regime que autoriza o Paraguai a importar insumos com alíquota de 2%.
Concorrência Dec. 43/10	A Decisão revoga o Protocolo de Defesa da Concorrência do MERCOSUL e aprova o Acordo de Defesa da Concorrência, com o objetivo de institucionalizar e aprofundar os mecanismos de consulta existentes entre as autoridades dos países sócios.
Solução de controvérsias entre MERCOSUL e países associados. Dec. 49/10	Com objetivo de evitar a multiplicidade de sistemas, o MERCOSUL acordou proposta de mecanismo que envolve sistema de consulta e procedimentos arbitrais. Essa proposta será apresentada aos Estados Associados.
Acordo de Residência Dec. 04/11 Dec. 21/11	Adesão do Peru e do Equador ao Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile, assinado em Brasília, em 6 de dezembro de 2002.
Liberdade de trânsito Dec. 19/11 A Decisão se aplica ao transporte terrestre e fluvial.	Acordo entre os sócios para garantir liberdade no trânsito terrestre e fluvial. O tema surgiu em decorrência de importante contencioso entre Argentina e Paraguai no tráfego no Rio Paraná, no sentido do escoamento de produtos paraguaios. As dificuldades de passagem no território argentino decorrentes, entre outros fatores, de litígios trabalhistas influenciaram os debates da Reunião de Cúpula em Assunção.
MERCOSUL-Síria Decisão 34/10	Acordo-Quadro para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a República Árabe da Síria, assinado em 16 de dezembro de 2010.
MERCOSUL-Palestina Decisão 40/10	Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional da Palestina (também indica o objetivo de definir mecanismos para uma negociação de livre comércio).
MERCOSUL-Turquia Decisão 42/10	Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre o MERCOSUL e Estados Associados e a República da Turquia.

agenda do MERCOSUL

Quadro II - TAREFAS, PROPOSTAS E ENTENDIMENTOS EM CURSO
Principais Decisões de dezembro de 2010 e junho de 2011

Tema/Decisão	Tarefa	Prazo
Investimentos Dec. 30/2010	Elaboração e aprovação de proposta de Acordo de Investimento no MERCOSUL	Dezembro de 2011
Serviços Dec. 54/10 Objetivo: avançar na liberalização de serviços dentro do bloco.	Diagnósticos da situação regulatória em cada país e sensibilidades, informe sobre prestação transfronteiriça de serviços de telecomunicações, postais, de transporte e de energia, dentre outros informes.	Algumas tarefas estão agendadas para o primeiro semestre de 2011, outras para o segundo semestre do ano.
Política Automotiva Comum (PAC) Dec. 56/10	Proposta da PAC	1ª Reunião Ordinária do GMC no 2º semestre de 2012.
	Entrada em vigor da PAC	01.01.2013
Incentivos Dec. 56/10	Intercâmbio anual de informações sobre incentivos.	1ª Reunião Ordinária do GMC no 2º semestre de 2012.
	Proposta de mecanismo de consulta sobre impactos dos incentivos sobre investimentos, produção e exportações.	31.12.2011
	Proposta de utilização de incentivos com o objetivo de evitar distorções na alocação de recursos no âmbito sub-regional.	Última Reunião do GMC em 2014.
Integração produtiva Dec. 56/10	Identificação de subsetores e cadeias de valor propícios para o desenvolvimento de projetos de integração produtiva.	31.12.2011
Integração produtiva no setor de brinquedos Dec. 60/10	Proposta de integração produtiva nesse setor.	Última Reunião do GMC do 1º Semestre de 2011.
	Abertura de códigos tarifários no setor de brinquedos para partes e peças.	Última Reunião do GMC do 2º semestre de 2011.
Assimetrias Dec. 56/10	Identificação de conjunto de projetos destinados à superação de assimetrias e à inserção competitiva das economias menores na União Aduaneira.	Até 31.12.2011
Dec. 13/11 (referida ao Artigo 62 da Dec. 56/10)	Foi criado um GT para apresentar proposta sobre âmbito e formulação estratégica do tema das assimetrias no bloco.	31.12.2011
Regimes Comuns Especiais de Importação	Propostas para Regimes Comuns Especiais de Importação para a Indústria Aeronáutica e Naval e para o Comércio Transfronteiriço.	1ª Reunião Ordinária do GMC no 2º semestre de 2011.
	Proposta para um Regime Especial para o Setor de Saúde.	1ª Reunião Ordinária do GMC no 2º semestre de 2012.
	Setor de Educação e para Bens Integrantes de Projetos de Investimentos.	1ª Reunião Ordinária do GMC no 1º semestre de 2014.

agenda do MERCOSUL

Tema/Decisão	Tarefa	Prazo
Drawback Dec. 56/10	Proposta de harmonização de regimes nacionais de drawback e admissão temporária.	Última Reunião do GMC em 2012.
Regimes Especiais de Importação adotados unilateralmente para insumos de produtos destinados ao mercado interno do bloco. Dec. 56/10	Proposta de tratamento.	Última Reunião Ordinária do GMC no 2º semestre de 2013.
	Regime de importações de matéria- prima para o Paraguai com alíquota de 2%.	Última Reunião do GMC em 2013.
Simplificação e harmonização aduaneira Dec. 56/10	Proposta de Documento Único Aduaneiro.	Última Reunião do GMC em 2011.
TEC Dec. 56/10	Proposta de mecanismo que permita a um país elevar, por Diretriz da CCM, de maneira temporária, a alíquota da TEC aplicada às importações de extrazona de um determinado produto. (Esse tema foi mencionado pela presidente Dilma Rousseff no seu discurso na Cúpula Presidencial de Assunção – Artigo 51 da Dec. 56/10)	1ª Reunião Ordinária do GMC no 1º semestre de 2011.
	Exame de consistência e dispersão e proposta de revisão da TEC (exceção à TEC para BK e Bens de Informática e Telecomunicações).	Última Reunião do GMC em 2014.
	Proposta de revisão da TEC para bens de capital (BK).	2ª Reunião Ordinária do GMC no 1º semestre de 2012, para entrada em vigor em 01.01.2013.
	Proposta de revisão da TEC para Informática e Telecomunicações.	2ª Reunião Ordinária do GMC no 1º semestre de 2013, para entrada em vigor em 01.01.2014.
Medidas não tarifárias que impedem o livre comércio intrazona. Dec. 56/10	Proposta de tratamento das medidas não tarifárias, à luz do Artigo 50 do Tratado de Montevidéu.	2º Semestre de 2011
	Definir procedimentos de intercâmbio de informações sobre exigências dos países na entrada de bens em seu território.	Até 01.01.2012.
Agenda externa do MERCOSUL	Proposta de esquemas para a negociação de instrumentos políticos, comerciais ou de cooperação com terceiros.	Última Reunião do GMC em 2011.
	As agendas externas serão definidas anualmente. Deverá ser elaborada uma proposta de agenda de relacionamento externo com o tipo de mecanismo e países ou grupos de países envolvidos.	Última Reunião do GMC em 2011.

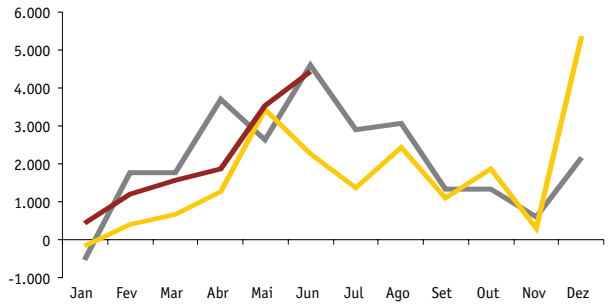
agenda do MERCOSUL

Tema/Decisão	Tarefa	Prazo
Zonas Francas, de processamento de exportações e áreas aduaneiras especiais. Dec. 56/10	Proposta de revisão da Dec. 08/94, levando em conta a normativa MERCOSUL e a evolução da matéria.	1ª Reunião Ordinária do GMC em 2013.
Eliminação da dupla cobrança da TEC e distribuição da renda aduaneira para produtos que tenham TEC diferente de zero e margem de preferência comum outorgada para terceiros diferente de 100% (Artigo 2º da Dec. 54/04) Decisões 10/10 e 56/10 Dec. 15/11	Estão mantidas as 3 etapas definidas pela Dec. 10/10 a saber, com a indicação de tarefas pertinentes detalhadas na Dec. 56/10:	
	1ª Etapa – para produtos totalmente estrangeiros importados de terceiros e sem transformação dentro do MERCOSUL, mas que cumpram com a Política Tarifária Comum (PTC);	A ser implantada em 01.01.2012
	2ª Etapa – produtos que incorporem insumos que cumpram com a PTC e importados sob regimes especiais, mas que o produto final também cumpra com a PTC e a TEC seja de 2% ou 4%;	01.01.2014
	3ª Etapa – produtos não incluídos nas etapas anteriores, ou seja, produtos que incorporam insumos que não cumpram com a PTC, mas que eles próprios cumpram com a PTC e sejam incorporados a um processo produtivo dentro do bloco.	Data a ser definida até dezembro de 2016, mas a etapa deve estar em funcionamento, o mais tardar, em 01.01.2019.
Defesa Comercial Dec. 56/10	Proposta sobre procedimentos e regras para investigação antidumping no comércio intrazona, bem como para aplicação de medidas de salvaguardas às importações de terceiros.	Última Reunião do GMC em 2014.
Compras Governamentais Dec. 66/10 e Dec. 09/11	Revisão do Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL encomendada pela Decisão CMC N° 23/10.	Até a XLII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum em dezembro de 2011.

Saldo Comercial

O saldo acumulado dos dois primeiros trimestres da balança comercial segue positivo. O superávit atingido na primeira metade do ano foi de US$ 12,9 bilhões. No mesmo período do ano passado, o superávit da balança comercial tinha sido de aproximadamente US$ 7,8 bilhões. Isso equivale a um crescimento de 64,7%.

SALDO COMERCIAL
VALORES MENSAIS- US$ FOB

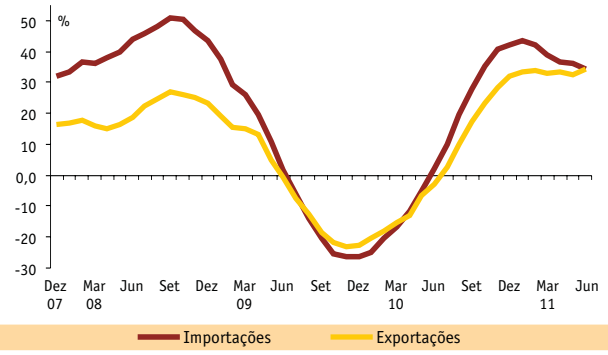


Fonte: FUNCEX

Exportações e Importações

No acumulado entre julho de 2010 e junho de 2011, as exportações brasileiras registraram crescimento de 34,1 % em relação ao período anterior. Nesse mesmo período, as importações acumulam um crescimento um pouco maior, 34,5%. A tendência é de que, nos próximos meses, a taxa de crescimento das exportações ultrapasse as importações. Isso se torna mais claro ao analisarmos o acumulado de janeiro a junho de 2011 em relação ao mesmo período de 2010. Nessa comparação, a taxa de crescimento das exportações está em 32,6% e a das importações está em 29,5%.

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
Taxa de crescimento do acumulado em 12 meses com relação ao mesmo mês do ano anterior

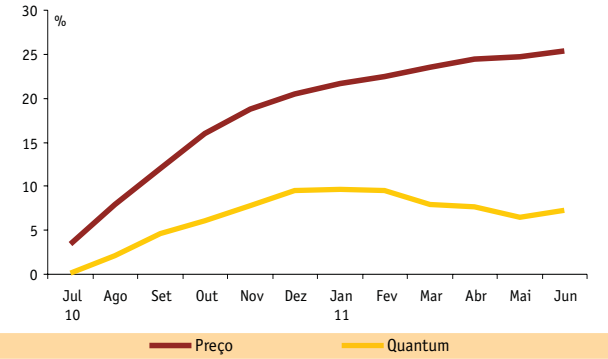


Fonte: FUNCEX

Preços e Volume das Exportações

O volume das exportações brasileiras em doze meses se manteve, até maio, com taxas de crescimento positivas, porém decrescentes, na comparação com o ano anterior. Somente em junho essa tendência de queda foi interrompida. Nos doze meses terminados em junho, o índice do volume exportado pelo Brasil cresceu 7,2% em comparação com o mesmo período de 2010. Já o índice de preços mantém uma trajetória inversa à do volume das exportações. Esse sobe a taxas crescentes desde junho de 2010. Nos doze meses terminados em junho de 2011, a taxa de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior ficou em 25,4%.

PREÇO E QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
Taxa de crescimento do acumulado em 12 meses com relação ao mesmo mês do ano anterior



Fonte: FUNCEX

Exportações brasileiras por blocos de destino

As exportações brasileiras para a China entre janeiro e junho cresceram 48,8% em relação ao mesmo período anterior. Com isso, a participação da China no primeiro semestre cresceu de 15,1% para 16,9. As exportações brasileiras para a Europa oriental também registraram um alto crescimento, 40% em relação a 2010, porém sua participação ainda é pouco relevante na pauta brasileira, 2,9% em 2011. Já as exportações para a Argentina e União Europeia cresceram, 33,6% e 32,5% respectivamente. Mesmo com esse crescimento, as participações de ambos se mantiveram idênticas em relação a 2010. As exportações para os Estados Unidos cresceram 30%, porém sua participação caiu para 9,9%.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

Principais blocos econômicos Janeiro/Junho - 2011/2010 - US$ milhões FOB

Blocos	janeiro - junho		Var. (%) 2011/10 p/média diária	Part %	
	2011	2010		2011	2010
União Européia	25.545	19.281	32,5	21,6	21,6
Aladi	23.027	18.103	27,2	19,5	20,3
- Mercosul	12.912	9.697	33,2	10,9	10,9
- Argentina	10.438	7.812	33,6	8,8	8,8
- Demais Aladi	10.116	8.406	20,3	8,6	9,4
Ásia	33.908	24.386	39,1	28,7	27,3
- China	20.044	13.467	48,8	16,9	15,1
EUA[1]	11.753	9.012	30,4	9,9	10,1
África	5.279	3.813	38,4	4,5	4,3
Oriente Médio	5.273	4.229	24,7	4,5	4,7
Europa Oriental	3.395	2.419	40,3	2,9	2,7
Demais	10.123	7.945	27,4	8,6	8,9
Total	**118.304**	**89.187**	**32,7**	**100,0**	**100,0**

Fonte: MDIC/Secex - (1) Inclui Porto Rico

Exportações e importações por grupos de produtos

No primeiro semestre do ano, as exportações de produtos básicos cresceram 45,2% em relação ao mesmo período de 2010. Com isso, sua relevância na pauta brasileira aumentou. A participação dos básicos que era de 43,4% em 2010 chegou a 47,5% em 2011. Com taxas de crescimento menores, os semi e manufaturados perderam espaço na pauta brasileira. No primeiro semestre do ano passado, possuíam, respectivamente, 13,9% e 40,5% de participação, caindo para 13,7% e 36,7% agora em 2011. Já as importações se mostraram mais estáveis. As matérias-primas e produtos intermediários continuam com maior relevância, porém sua participação caiu para 45,4%. Já as importações de combustíveis cresceram 40,4% e agora respondem por 15,6% da pauta.

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

Fator agregado

Discriminação	janeiro-junho/2011		janeiro-junho/2010		Var. (%)*
	Valor (A)	Part.%	Valor (B)	Part.%	A/B
Exportações	**118.304**	**100,0**	**89.187**	**100,0**	**32,7**
Básicos	56.176	47,5	38.686	43,4	45,2
Industrializados	59.555	50,3	48.513	54,4	22,8
Semimanufaturados	16.173	13,7	12.374	13,9	30,7
Manufaturados	43.382	36,7	36.139	40,5	20,0
Operações especiais	2.573	2,2	1.988	2,2	29,39
Importações	**105.337**	**100,0**	**81.301**	**100,0**	**29,6**
Mat. prima e prod. interm.	47.858	45,4	38.047	46,8	25,8
Comb. e lubrificantes	16.461	15,6	11.727	14,4	40,4
Bens de capital	22.753	21,6	17.708	21,8	28,5
Bens de consumo	18.265	17,3	13.819	17,0	32,2
Não-duráveis	7.403	7,0	5.895	7,3	25,6
Duráveis	10.862	10,3	7.923	9,8	37,1

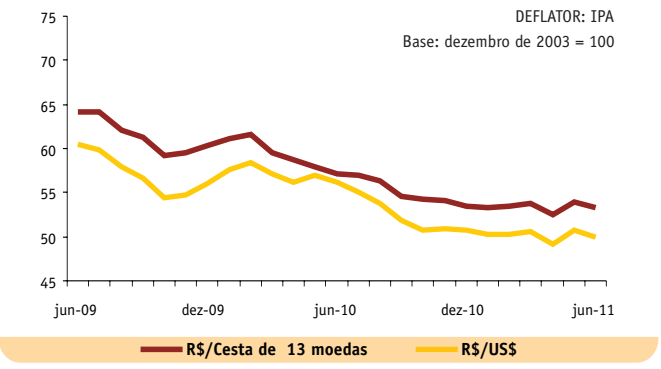
* Variação pela média diária. Fonte: MDIC/Secex

Taxa de câmbio real

O índice da taxa de câmbio real em relação à moeda americana registrou variações acentuadas nesse segundo trimestre de 2011. Depois de se estabilizar no primeiro trimestre, o índice mostrou uma desvalorização mais forte em abril, com uma queda de 2,8% em relação a março. Em maio o índice se recuperou, voltando a atingir os valores de março, porém em junho houve uma nova queda, de 1,5%. Com relação ao índice da cesta das 13 moedas dos países com os quais o Brasil mais transaciona, o índice seguiu a mesma trajetória. Em abril houve uma queda de 2,2%, que foi recuperada em maio, e novamente outra queda em junho, 1,1%.

ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL

CESTA DE 13 MOEDAS e ESTADOS UNIDOS



Fonte: FUNCEX

política de comércio exterior

O PLANO BRASIL MAIOR E A POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR

O Plano Brasil Maior – a nova política industrial brasileira para o período 2011-2014 – representa a resposta do governo à necessidade de prover ao setor manufatureiro brasileiro condições melhores para enfrentar a concorrência internacional em um contexto de apreciação cambial, retração da economia mundial e aumento de custos domésticos.

O fraco desempenho das exportações de manufaturados e o expressivo crescimento das importações vêm sendo alvos de crescente atenção nos debates sobre política econômica no Brasil. De acordo com dados da Funcex, as quantidades exportadas de produtos manufaturados caíram 13,5% de fins de 2005 até junho de 2011, considerando-se uma média móvel de doze meses.

Nesse mesmo período, as quantidades importadas totais cresceram 101,7%, sendo que os bens de consumo duráveis apresentaram crescimento de 529%, os bens de capital de 201% e os produtos intermediários de 83%. Embora o coeficiente de penetração das importações na economia brasileira ainda seja relativamente reduzido para padrões internacionais – 20,3% a preços constantes de 2010 –, este indicador vem apresentando expressivo crescimento nos últimos anos – em 2005 era de 13,8%.

As 35 medidas contemplam o estímulo às exportações e ao investimento, a proteção à indústria nacional e o apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico

As 35 medidas anunciadas em 2 de agosto de 2011 contemplam o estímulo às exportações e ao investimento, a proteção à indústria nacional e o apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico. O plano inclui instrumentos de natureza tributária e financeira, bem como mudanças na operacionalização dos mecanismos de defesa comercial, que visam aliviar a pressão competitiva sobre a indústria brasileira.

AS METAS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR DO SETOR INDUSTRIAL

Além de reunir uma série de iniciativas que já vinham sendo discutidas desde o ano passado e recuperar outras já anunciadas no Pacote de Competitividade de maio de 2010, mas não implementadas, o Plano Brasil Maior incorporou novidades na área de desoneração das exportações (como o chamado Reintegra) e da folha de pagamentos de setores intensivos em emprego.

Na área de comércio exterior, apenas uma meta foi incorporada no documento de divulgação do plano: a ampliação da participação do País no comércio internacional, de 1,36% para 1,6% no mesmo período.

O aumento da participação do Brasil no comércio internacional poderá ser facilmente alcançado se o País mantiver o ritmo de crescimento recente das exportações totais, que vêm sendo beneficiadas pelo elevado nível das cotações internacionais de commodities e pelo crescimento da demanda por produtos básicos nas economias emergentes. Mais difícil seria aumentar a participação brasileira no comércio mundial de produtos manufaturados.

AS PRINCIPAIS MEDIDAS. Ainda que de forma não exaustiva, as medidas na área de comércio exterior podem ser agrupadas em quatro grandes categorias: desoneração de exportações, financiamento às exportações, defesa comercial e proteção à indústria e ao mercado interno. Além da área de comércio exterior, o plano inclui um vasto conjunto de instrumentos destinados a estimular a inovação e os investimentos, que não estão incorporados à análise aqui apresentada.

política de comércio exterior

DESONERAÇÃO DE EXPORTAÇÕES

Medida	Descrição	Avaliação
Reintegra	Devolução dos tributos não recuperáveis incidentes na cadeia produtiva de bens manufaturados destinados à exportação. A devolução poderá ocorrer na forma de compensação com débitos tributários federais ou em espécie. O montante a ser restituído poderá ser de 0% a 3% sobre o valor das exportações de manufaturados. O Poder Executivo definirá o percentual de restituição, que pode variar de acordo com o setor econômico e a atividade exercida. A medida tem vigência imediata e terá duração até dezembro de 2012. Os pagamentos começarão a ser feitos em 90 dias.	**Positiva** A medida contribui para o aumento da competitividade das exportações de manufaturados, pois reduz o peso dos tributos não recuperáveis (ISS, CIDE, IOF, PIS/PASEP, Cofins, ICMS e IPI) sobre o custo final dos produtos. Estima-se que as restituições alcançarão R$ 4,0 bilhões em 12 meses. Entretanto, o percentual de 3% sobre o valor exportado não é suficiente para compensar toda a cumulatividade desses tributos ao longo das cadeias produtivas. Estima-se em 6% o peso dos tributos não recuperáveis sobre a receita líquida das indústrias. Portanto, este deveria ser o percentual adotado pelo Reintegro sobre o valor exportado.
Ressarcimento de créditos tributários aos exportadores	A partir de outubro de 2011, com a entrada em operação do Sistema de Controle de Crédito (SCC) na Receita Federal do Brasil, as empresas com escrituração fiscal digital terão processamento automático dos pedidos de ressarcimento e o pagamento ocorrerá em até 60 dias após os pedidos.	**Positiva** A medida busca resolver uma das formas pelas quais a tributação onera as exportações brasileiras, que é o acúmulo de saldos credores de tributos federais pelas empresas. A demora no ressarcimento em espécie dos saldos credores faz com que as empresas incorram em elevados custos financeiros.

A principal novidade na área de desoneração de exportações foi a instituição do Reintegra. Embora a medida tenha sido muito bem recebida pelo setor industrial, o fato de que o percentual a ser restituído possa variar a critério do Poder Executivo – de acordo com o setor e tipo de atividade – e o curto prazo de duração do benefício conferem elevado grau de incerteza à operacionalização do mecanismo.

A solução para o ressarcimento de créditos tributários nas exportações também é muito positiva. Falta, todavia, resolver definitivamente o problema do estoque de créditos tributários acumulados no passado. Desde maio de 2010, o governo vem criando mecanismos para a devolução destes créditos. Mas os parâmetros definidos para o acesso ao mecanismo são muito estritos, fazendo com que poucas empresas sejam beneficiadas pela iniciativa. O Governo Federal estima em R$ 19 bilhões o estoque de créditos tributários a que as empresas têm direito apenas no âmbito federal. O montante é muito mais elevado se forem computados os créditos referentes aos tributos estaduais.

política de comércio exterior

FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

Medida	Descrição	Avaliação
Criação de Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX)	Fundo de natureza privada, criado no âmbito do Banco do Brasil, e destinado ao financiamento de empresas de faturamento até R$ 60 milhões. A União é a principal cotista, mas o fundo será alimentado pelos retornos futuros de sua administração. A aprovação do crédito é de alçada do Banco do Brasil e poderá pactuar condições aceitas pela prática internacional de acordo com o PROEX. O tomador terá acesso ao seguro de crédito à exportação – FGE (Fundo de Garantia das Exportações) – diretamente na agência do Banco do Brasil, via sistema informatizado para emissão de apólice.	**Positiva** As MPMEs têm dificuldades de acesso aos mecanismos públicos e privados de financiamento às exportações e de seguro de crédito. Estas empresas têm dificuldades para atender às exigências bancárias de provisão de garantias reais. O FFEX cria nova oportunidade de financiamento à exportação para as MPMEs bem como facilita o acesso ao seguro de crédito do FGE. Esse mecanismo deveria incluir um componente de subsídio que atue para complementar os esforços das empresas de menor porte na provisão de garantias reais exigidas no acesso ao financiamento e ao seguro de crédito.
Enquadramento automático PROEX EQUALIZAÇÃO	O PROEX Equalização consiste na cobertura de parte dos encargos financeiros incidentes em financiamento à exportação, de forma a tornar as taxas de juros equivalentes às praticadas internacionalmente. O Banco do Brasil analisa os pedidos de Equalização, autorizando ou não a operação. A medida define os spreads de referência que terão aprovação automática na concessão de crédito às exportações de bens e serviços.	**Positiva** Essa definição agiliza o processo de aprovação no Banco do Brasil, simplifica os procedimentos e traz maior previsibilidade e transparência para instituições financeiras e exportadores.
FGE limite rotativo instituições financeiras – países de maior risco	A medida estabelece limite rotativo de US$ 50 milhões ao ano de seguro de crédito via FGE, destinado à garantia de financiamento à exportação de bens manufaturados. O limite é rotativo pois, conforme forem efetuados pagamentos dos financiamentos já contratados que utilizam o limite, esse valor é liberado em garantia a ser contratado em financiamentos futuros.	**Positiva** Essa medida facilita o acesso ao seguro de crédito por parte dos exportadores, principalmente às MPMEs. O limite rotativo de US$ 50 milhões atende à maior parte das exportadoras. Contudo, o limite coloca uma trava superior à possibilidade de garantia ao financiamento à exportação.

As medidas de apoio ao financiamento às exportações são positivas, embora ainda persistam dúvidas quanto aos efeitos esperados de redução dos custos das operações de financiamento. A maior dificuldade para as empresas de pequeno porte no acesso ao crédito é a exigência de garantias reais. As medidas anunciadas contribuem para melhorar as condições, mas não representam ainda uma solução completa para este problema.

No campo do apoio às exportações, o anúncio do Plano Brasil Maior incluiu ainda a promulgação da Convenção Relativa à Admissão Temporária, conhecida como Convenção de Istambul, que facilita a circulação dos bens em regime de admissão temporária (sem a incidência de tributos). Este é um mecanismo já muito utilizado em outros países, demandado pelo setor industrial há algum tempo.

Houve também menção à adoção de uma nova Estratégia Nacional de Exportações, que incluiria uma série de iniciativas de promoção comercial. Todavia, o anúncio não foi acompanhado por nenhum detalhamento da estratégia.

política de comércio exterior

MEDIDAS DE DEFESA COMERCIAL E COMBATE A ILÍCITOS NAS IMPORTAÇÕES

Medida	Descrição	Avaliação
Redução de prazos na investigação de dumping, salvaguardas e subsídios	Os prazos para a investigação de processos de dumping, subsídios e salvaguardas foram reduzidos de 15 para 10 meses. Os prazos para a determinação de aplicação de direito provisório foram reduzidos de 240 para 120 dias.	**Positiva** A medida responde à demanda da CNI por redução dos prazos para conclusão de investigações e imposição de direitos provisórios. Atualmente, as regras vigentes não estabelecem a obrigação de conclusão de investigação em prazo inferior a um ano, referindo-se apenas ao prazo máximo previsto pela OMC (18 meses), e sequer tornam obrigatória, uma vez respeitados os critérios necessários, a etapa de aplicação de medidas preliminares.
Ampliar o número de investigadores de defesa comercial	Aumentar de 30 para 120 o número de investigadores de defesa comercial.	**Positiva** A ampliação do número de investigadores é fundamental para que os objetivos de redução dos prazos para conclusão das investigações sejam alcançados.
Aplicação de Direitos Provisórios	Orientar o órgão de defesa comercial a aplicar direitos antidumping provisórios em todos os casos em que houver determinação preliminar positiva da existência de dumping e conseqüente dano à indústria doméstica.	**Positiva** Na realidade a legislação vigente não impedia a aplicação de direitos provisórios, mas havia uma resolução interna da CAMEX de evitar aplicá-los. Esta decisão já teria sido revogada e os direitos provisórios deverão ser aplicados com maior freqüência.
Aplicação de direitos *antidumping* equivalentes à margem cheia de *dumping*	Eliminar do Art. 45 do Decreto nº 1602 a referência a "com o fim exclusivo de neutralizar os efeitos danosos das importações objeto de dumping", assim como do Art. 55 do Decreto nº 1751 a referência a "com o fim de neutralizar o dano causado pelo subsídio acionável".	**Positiva** A decisão de utilização da margem "cheia" já teria sido tomada, mas ainda não foi publicada nenhuma alteração da legislação, o que não impede a utilização uma vez que não fere as regras da OMC.
Combate à falsa declaração de origem	Indeferimento da licença de importação no caso de falsa declaração de origem, após investigação.	**Positiva** A medida evidencia a preocupação com o combate à fraude nas operações de importações, o que é positivo. Ressalte-se, contudo, que tais práticas são crimes que já deveriam estar sendo combatidos pelo governo.
Combate a preços subfaturados	Fortalecimento da fiscalização administrativa dos preços das importações, para identificação de casos de subfaturamento.	**Positiva** A medida evidencia a preocupação com o combate à fraude nas operações de importações, o que é positivo. Ressalte-se, contudo, que tais práticas são crimes que já deveriam estar sendo combatidos pelos fiscais da Receita Federal e da Polícia Federal.
Fortalecimento do combate a importações ilegais	Acordo de cooperação MJ-MDIC para combater a violação de propriedade industrial e de certificação compulsória.	**Positiva** O objetivo é reduzir as importações ilegais, o que é meritório. Contudo, não está claro como e em que medida será feita a cooperação.

política de comércio exterior

Medida	Descrição	Avaliação
Criação do Grupo de Inteligência de Comércio Exterior (GI-CEX)	Sistema administrativo de monitoramento de importações para o "combate a práticas desleais e ilegais de comércio exterior", com características de atuação típicas de controle administrativo.	**Positiva** Apesar de positiva não está clara a metodologia de trabalho do GI-CEX.
Aumento da exigência da certificação compulsória	Instituição (ou ampliação) de tratamento administrativo para importações de produtos sujeitos à certificação compulsória e fortalecimento do controle aduaneiro desses produtos, mediante cooperação entre Inmetro, Secex e Receita Federal. Contratação de 150 novos servidores no Inmetro.	**Positiva** O objetivo é aumentar o número de produtos sujeitos a regulamentação técnica e trazer isonomia de tratamento entre o produto nacional e o similar importado. Atualmente, os produtos nacionais estão sujeitos a procedimentos de certificação e verificação de conformidade mais rigorosos que os aplicados aos produtos importados. Mas é preciso ter cuidado para não aumentar excessivamente o tempo de desembaraço aduaneiro de produtos que estejam em conformidade ou aumentar os custos nas importações de produtos que integram cadeias produtivas domésticas. O aumento no número de servidores no Inmetro certamente contribui para que os prazos não aumentem demasiadamente, mas sua contratação ainda deve levar algum tempo, até a realização de concurso e capacitação.

Ainda na área da política de importações, duas outras iniciativas foram ventiladas pelas autoridades brasileiras quando da divulgação do Plano Brasil Maior. A primeira refere-se ao Aperfeiçoamento da estrutura tributária do Imposto de Importação, que teria como objetivo, na prática, aumentar as tarifas de importação de alguns setores/produtos. Ainda não há clareza sobre os mecanismos que serão adotados nessa área. A alteração no imposto de importação depende de acordo com os demais parceiros do Mercosul. Uma possibilidade anunciada pelo Ministério da Fazenda é a ampliação do número de produtos incluídos nas listas nacionais de exceção à Tarifa Externa Comum, de 100 para 200 no caso de Brasil e Argentina (já que Uruguai e Paraguai têm direito a um número maior de produtos em suas listas de exceção).

A elevação das tarifas de importação traz vantagens e desvantagens para o setor industrial. A escolha de produtos deve ser feita com cuidado, uma vez que o aumento da proteção a produtos de um setor pode significar acréscimos nos custos para outros setores. Além disso, caso os demais países também obtenham o benefício de ampliar suas listas de exceção, terão liberdade para reduzir tarifas de importação, diminuindo as margens de preferências para produtos brasileiros, prejudicando assim as exportações para outros países membros.

Além disso, foi anunciada a suspensão dos ex-tarifários para máquinas e equipamentos usados. A medida favorece o setor de máquinas e equipamentos, mas encarece o investimento.

política de comércio exterior

MEDIDAS PARA DEFESA DA INDÚSTRIA E DO MERCADO INTERNO

Embora não possam ser classificadas propriamente como instrumentos de política de comércio exterior, as medidas resumidas no quadro abaixo têm forte relação com a questão da competitividade.

Medida	Descrição	Avaliação
Desoneração da Folha de Pagamento: projeto Piloto para setores intensivos em mão de obra	A contribuição patronal para a Previdência Social, que é de 20% sobre a folha de pagamento, será transferida para o faturamento no caso dos setores de Confecções, Calçados e Móveis, com alíquota de 1,5%, e de Software, com alíquota de 2,5%. A alíquota da Cofins-importação sobre esses produtos é elevada em 1,5 ponto percentual, passando para 9,1%. O Governo Federal estimou em R$ 1,3 bilhão a desoneração tributária com a proposta em 2011.	**Positiva** A medida representa redução de custos para os setores e, consequentemente, um ganho de competitividade frente aos produtos importados e no comércio exterior. O ganho de competitividade no mercado externo é ainda maior pelo fato de o faturamento proveniente das exportações ser isento da nova contribuição. No mercado interno, além da redução do custo para o produto nacional, o ganho de competitividade é ampliado pela elevação da Cofins-importação. O ganho de competitividade no mercado externo com a transferência da tributação da folha de pagamento para o faturamento é efetivo quando se trata de produtos que se destinam diretamente às exportações. Caso seja estendida para todos os setores da economia, essa transferência de base oneraria os produtos exportados pela cumulatividade que haveria na cadeia produtiva.
Preferência para fornecedores locais em compras governamentais	Regulamentação da Lei 12.349/2010. O Decreto 7.546, de 02/08/2011, regulamenta a aplicação: i) da margem de preferência para compras de bens e serviços nacionais; e ii) de medidas de compensação industrial, comercial ou tecnológica (os chamados offsets). O Decreto se limita a criar uma "Comissão Interministerial de Compras Públicas – CI-CP", que terá, entre as suas atribuições, elaborar proposições normativas referentes a margens de preferência e medidas de compensação (offsets). Assim como dizia o texto da lei 12.349, o Decreto estabelece que as margens de preferência serão definidas com base em "estudos", que levarão em consideração o potencial de geração de emprego, desenvolvimento tecnológico, efeito multiplicador e impacto nos custos.	**Positiva** De modo geral, o decreto avança muito pouco em relação à Lei 12.349, principalmente no que diz respeito à definição da margem de preferência (de até 25%). Ou seja, não há respostas para perguntas que são centrais na Política de Compras Governamentais: a) quais os setores beneficiados?; b) qual a composição da margem de preferência para os produtos? (o que se sabe é que a soma da margem normal e da margem adicional, resultante de desenvolvimento e inovação tecnológica realizada no Brasil, não pode exceder 25%); c) de que forma comprovar o desenvolvimento e inovação tecnológica no Brasil? Por patente, exclusivamente? As respostas a esses pontos serão objeto de decreto posterior.

As duas medidas resumidas acima têm como objetivo apoiar a indústria brasileira, melhorando as condições de concorrência com produtos importados, seja pela via da redução dos encargos trabalhistas em setores intensivos em mão de obra, seja por meio do acesso privilegiado às compras do setor público. Embora positivas para a produção manufatureira local, a falta de informações detalhadas sobre a operacionalização das iniciativas e a demora no processo de regulamentação – no caso das compras governamentais – tornam difícil a avaliação dos benefícios.

política de comércio exterior

UMA AVALIAÇÃO FINAL

O Plano Brasil Maior inclui um amplo conjunto de medidas voltadas à melhoria das condições de competitividade do setor industrial. Na área de comércio exterior, o plano reúne alguns instrumentos novos, medidas que já haviam sido anunciadas pelo governo no chamado Pacote de Competitividade de maio de 2010, outras que vinham sendo discutidas com o setor industrial no último ano.

As principais novidades em termos de política de comércio exterior concentraram-se na área de desoneração das exportações e da folha de pagamento de setores intensivos em trabalho. Estes instrumentos têm boa capacidade de atuar sobre os custos de produção e sobre a rentabilidade das exportações e podem representar melhoria das condições de concorrência para os produtos industriais brasileiros.

Os principais desafios, todavia, concentram-se na capacidade de implementação, na transitoriedade e no excesso de discricionariedade das medidas anunciadas. O comércio exterior brasileiro tem padecido com as dificuldades de operacionalização de instrumentos que são anunciados, mas não são implementados. Muitas vezes o exportador tem dificuldades, inclusive, de identificar se os instrumentos estão ou não em vigência.

A transitoriedade e a discricionariedade dos instrumentos também chamam a atenção. A desoneração da folha e o Reintegra, por exemplo, têm vigência prevista até apenas o fim de 2012. Além disso, nos dois casos, assim como no das preferências em compras governamentais, as concessões estão sujeitas a parâmetros que resultarão de estudos e decisões do Poder Executivo, cujos critérios não foram completamente explicitados.

Vencer o déficit de implementação e dotar a política de comércio exterior de um caráter mais permanente e transparente são passos essenciais para o sucesso do Brasil Maior.

lembretes

ASSOCIAÇÃO DE INDUSTRIAIS LATINO-AMERICANOS PROMOVE REUNIÃO NO BRASIL

Nos dias 25 e 26 de outubro próximo, será realizada em São Paulo a Assembléia Geral da Associação de Industriais Latino-Americanos - AILA. Estrategicamente marcada às vésperas do 6° Encontro Nacional da Indústria Brasileira, a reunião debaterá temas importantes e cruciais como o impacto da China na indústria e na integração latino-americana e a importância da infraestrutura sobre a aproximação econômica entre os países da região.

A AILA é formada pelas entidades congêneres da CNI na América do Sul, América Central, Caribe e México e tem como objetivo promover o debate sobre os problemas da indústria e da livre empresa na região. No encontro em São Paulo, será entregue o "Prêmio José Maria Roca Melhor Industrial Latino-Americano 2011" selecionado segundo critérios de liderança social e ambiental, contribuição da empresa à geração de emprego e ao investimento no seu país e na região e aporte á inovação em processos produtivos.

INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | Unidade de Negociações Internacionais - Negint | Gerente executiva: Soraya Saavedra Rosar | Equipe Técnica: Sandra Polônia Rios, Pedro da Motta Veiga, Lucia Maduro, Edson Velloso, Alinne Betania Oliveira, Daniel Rebelo Alano e Bruno de Paula Moraes | Informações técnicas: (61) 3317.9473 | Supervisão gráfica: DIRCOM | Normalização bibliográfica: ASCORP/GEDIN
Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente SAC: (61) 33179989 sac@cni.org.br | SBN Quadra 01 Bloco C Ed. Roberto Simonsen Brasília, DF - CEP: 70040-903 www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.
Documento elaborado com dados disponíveis até setembro de 2011.